



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO**

**A ALFABETIZAÇÃO E O LETRAMENTO DO SUJEITO SURDO NA
EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS**

LAÍS CARDOSO AMARAL

ORIENTADORA: Prof^ª Dr^ª Cristina Massot Madeira Coelho

**BRASÍLIA - DF
2013**

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO**

LAÍS CARDOSO AMARAL

**A ALFABETIZAÇÃO E O LETRAMENTO DO SUJEITO SURDO NA
EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS**

Trabalho de conclusão de curso, apresentado como requisito parcial à obtenção de grau de licenciado em Pedagogia, submetido à comissão examinadora da Faculdade de Educação – FE da Universidade de Brasília – UnB, sob a orientação da Professora Dr^a Cristina Massot Madeira Coelho

**BRASÍLIA - DF
2013**

AMARAL, Laís Cardoso.

A alfabetização e o letramento do sujeito Surdo na EJA/ Laís Cardoso Amaral. – Brasília, 2013.

00f.

Pesquisa – Universidade de Brasília, Faculdade de Educação, 2012.

Orientadora: Prof^a Dr^a Cristina Massot Madeira Coelho

Palavras-chave: Surdez, EJA, Alfabetização, Letramento.

TERMO DE APROVAÇÃO

LAÍS CARDOSO AMARAL

A ALFABETIZAÇÃO E O LETRAMENTO DO SUJEITO SURDO NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Trabalho de conclusão de curso, apresentado como requisito parcial à obtenção de grau de licenciado em Pedagogia, submetido à comissão examinadora da Faculdade de Educação – FE da Universidade de Brasília – UnB, sob a orientação da Professora Dr^a Cristina Massot Madeira Coelho

BANCA EXAMINADORA

Prof^a Dr^a Cristina Massot Madeira Coelho (Orientadora)
Universidade de Brasília – Faculdade de Educação

Prof^a Dr^a Fátima Lucília Vidal Rodrigues
Universidade de Brasília – Faculdade de Educação

Prof^a Ms^a Edeilce Aparecida Santos Buzar
Universidade de Brasília – Faculdade de Educação

Prof. Dr. Paulo Bareicha (Suplente)
Universidade de Brasília – Faculdade de Educação

Dedico este trabalho ao meu avô Thorwaldsen Lázaro Amaral (*in memoriam*) que sempre me ensinou a importância de se ter e manter a família feliz, “louca” e UNIDA, independentemente de qualquer coisa.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente gostaria de agradecer a Deus por sempre estar junto comigo em meus caminhos mesmo que às vezes falhos e tortuosos e por me reerguer sempre que necessário me dando e renovando minhas forças para perseverar.

Aos meus pais, por todo o amor, dedicação e confiança, acreditando sempre que eu poderia e posso ser o que eu quiser. Ao papai pelo exemplo de determinação ao lutar por seu sonho de um curso superior e a mamãe pelas bilhões de orações e noites que ela passou pedindo a Deus pela minha vida e futuro.

A minha irmã que sobre tudo foi pra mim, muito mais do que irmã. Ela é minha grande amiga, mãe às vezes, chefe, conselheira, psicóloga, enfim devo muito a essa pessoa que é a mais especial da minha vida.

A toda minha família, cada um deles, avós, tios e primos, que sempre me apoiaram e me deram forças para chegar até aqui.

Aos amigos que acompanharam minha jornada de perto, sempre lá dando o suporte e carinho necessário nas maiores dificuldades, dentre eles destaco os que pra mim serão eternizados em meu coração, são eles: Ana Luisa, Beatriz Carriço, Cecília, Daniele Ferrão, Daniele Prandi, Heloana, Jéssica Carvalho, Martina, Matheus, Mayara, Michelle Santos, Mychelle e Raquel.

Aos meus queridos professores, que levaram seu ensino para além da sala de aula me ensinando também sobre a vida. É com base neles que construí minha identidade profissional e sonho um dia poder ser como eles e fazer a diferença na vida de muitos através da educação.

MEMORIAL

Minha família: Meu núcleo familiar é composto por mim, meu cachorro Leão, minha irmã Larissa e meus pais Carlos e Lucilene. Somos de classe média, evangélicos, simples, mas gostamos de coisas chiques, como viagens ao exterior e compras. Somos muito engraçados e extrovertidos, nosso maior defeito é nos estressar algumas vezes. Por parte de mãe, a família se encontra às vezes em aniversários e comemorações, somos meios separados e seguimos caminhos diferentes. Já por parte de pai a família é muito unida, nos encontramos toda sexta numa reuniãozinha familiar na casa de meus avós, sempre fazendo piadas e brincadeiras é a família que leva a vida na felicidade, um preocupado com o outro, mas não seja por isso que ela seja uma família perfeita, apesar de ser ótima. Por parte de pai são todos carismáticos e procuram o bem de todos da família, amigos e até conhecidos.

Sobre mim: Nascida em Brasília no dia 26 de julho de 1992, sempre moradora do Cruzeiro, me desenvolvi e cresci aqui mesmo. Puxei muitas características da minha família, sempre procuro cuidar das pessoas, sou carismática, extrovertida, gosto de fazer os outros felizes, seja através de piada ou de um ombro amigo. Sou dependente e não consigo tomar certas decisões sozinhas, muitas vezes procuro saber a opinião dos outros sobre o que fazer ou dizer, etc. Um pouco diferente de minha família não sou “apelona”, sou bastante paciente e detesto me envolver em brigas e discussões, por isso evito isso ao máximo.

A história do meu nome: Tem a ver com minha família, que por parte de mãe todos os filhos dos meus avós começam com a letra “L” e para manter o “L” da família minha mãe decidiu dar nomes com L’s para seus futuros filhos. Primeiro veio minha irmã mais velha Larissa e depois eu Laís. Quando minha mãe descobriu que estava grávida ela, minha irmã e meu pai já começaram a pensar em um nome com a letra “L”. Minha mãe sempre teve um grande paixão pelos nomes “Luciana” e “Lucas”, mas preferiu deixar em aberto para a escolha. Ao contrário do que eu pensava que minha mãe havia escolhido o nome pelo significado, acabei de descobrir que quem escolheu foi minha irmã que tinha 4 anos, só depois que minha mãe foi procurar o significado e gostou. Laís vem do

grego e significa “poderosa”, “amada por todos”. Laís também era o nome de uma cidade que aparece na bíblia.

Laís é um nome curto, porém forte. Acredito que essa força é por causa da sílaba tônica no final da palavra. Após o pronunciamento do meu nome sinto que falta um complemento, só meu nome em si é meio vazio, não sei se foi porque estudei em Colégio Militar e me acostumei a ver as pessoas serem chamadas por nome e sobrenome, então sempre que digo meu nome já falo acompanhado de nome e sobrenome Laís Amaral ou Laís Cardoso Amaral.

Como era minha família: *Pai* – Meu pai apesar de ainda não ser formado numa instituição de ensino superior (ele está cursando agora), sempre foi esperto, ele desmontava as coisas e descobria como elas funcionavam. Sabia de tudo um pouco, desde como mexer em computador – o que antigamente era de difícil acesso- até como fazer toda uma instalação elétrica de uma casa. Atualmente ele perdeu um pouco deste dom e esforço, mas correu atrás de um bom futuro e hoje ganha como se tivesse o diploma superior.

Mãe – Minha mãe é educadora, formada em pedagogia pela Católica, ela já é professora da rede pública de Educação do Distrito Federal. Hoje em dia está para se aposentar e faz um trabalho maravilhoso com seu aluno autista na escola em que trabalha.

Irmã – Minha irmã é a pessoa com quem mais aprendi em relação a parte prática da vida. Ela me ensinou a ser educada, a me vestir, como me comportar, etc. Eu a admiro bastante. São 4 anos de diferença entre nós duas(sendo ela a mais velha), mas isso não impediu que tivéssemos uma amizade de grandes amigas. É a pessoa mais esforçada, inteligente e independente que conheço. Sempre correu atrás do que queria e tudo que alcançou foi com seu próprio suor. Hoje é funcionária pública concursada na Agência de Vigilância Sanitária (ANVISA).

Grandes acontecimentos da minha vida: Seria impossível que eu descrevesse todos os grandes acontecimentos da minha vida, porém citarei os que eu me lembrar e os que couberem neste trabalho. Creio que o primeiro acontecimento que marcou minha vida foi a vez em que fui expulsa do balé, eu tinha cerca de 4 ou 5 anos e não parava quieta, a professora não me aguentou e solicitou minha retirada. Aos 6 anos dei minha primeira entrevista para a tv, numa apresentação de ginástica rítmica. Mais pra frente levei a mordida de um

cachorro na cara, eu tinha 7 anos e tive que levar alguns pontos embaixo do olho, por sorte o cachorro não acertou meu olho e eu não fiquei cega. Mais a frente, aos 10 anos, me formei como amazonas no hipismo. Aos 11 dei meu primeiro beijo. Dos 12 aos 14 fiz muitos amigos e comecei a ser meio bagunceira. Quando me tornei “mulher” (festa de 15 anos) passei a ser uma menina bem quieta, menos agitada, apesar de ainda ser desastrada. Nos anos de 2002, 2005, 2007, 2009, 2011 tive as melhores viagens da minha vida, quase todas feitas com meu núcleo familiar. Mas se fosse escolher minha favorita com a família, com certeza foi a viagem que fizemos de carro para o sul do Brasil, conhecemos até o Paraguai e a Argentina, foram momentos inesquecíveis e que não voltam mais. Passei na UnB para o curso que eu queria, tirei carteira, estou correndo atrás da minha área na educação de surdos, tenho uma família ótima, amigos maravilhosos, etc.

Basicamente em resumo: Dos 0 até os 7 : Fui totalmente dependente dos meus pais, fazendo poucas coisas sozinhas.

Dos 7 aos 12: momentos de descoberta do corpo, da sexualidade, dos dons, etc.

Dos 12 aos 18: novas responsabilidades, vínculos e amizades, pensando no futuro e terminando de formar meus ideais.

Dos 18 aos 19: momento atual procurando me concentrar na minha área da surdez e buscando estar sempre voltada para um futuro melhor.

Desafios e dificuldades: Estresse, novas responsabilidades, vestibular, pessoas. Confesso que não tive muitos obstáculos na vida, mas posso afirmar que todos foram superados com a ajuda de Deus, pois ele me fortalecia e ainda me fortalece nos momentos em que estou abalada.

Lições de vida: Aprendi a não confiar muito nas pessoas, a acreditar em mim mesma e abrir os olhos para a minha capacidade. Nossa família e nosso conhecimento são nossos maiores tesouros, sendo que o seu conhecimento é a única coisa que não podem roubar de você. Aprendi a verificar as alternativas e pensar bem antes de tomar uma escolha e se for necessário recomeçar do zero, mesmo que leve tempo, às vezes uma decisão errada pode te fazer ser infeliz pelo resto da vida. Aprendi a lutar pelo o que eu quero e a entender e aceitar os outros como eles são, independente do que sejam.

Pessoas: Antes de mais nada, eu gostaria de comentar que não será possível colocar o nome de todas as pessoas que realmente fizeram parte da minha vida, por isso me focarei mais na família e amigos.

Lucilene (mãe) – com ela aprendi a me amar pelo que sou e a não ligar para o que os outros dizem. Tentei ser a filha perfeita fazendo na maioria das vezes o que ela achava melhor para mim.

Carlos (pai) – com ele aprendi a seguir meu caminho, portanto que eu seja feliz. Para ele tentei ser o filho que ele nunca teve, aproveitei da minha paixão por corridas, futebol e brincadeiras mais de meninos para me aproximar mais.

Larissa (irmã) – com ela aprendi a ser educada e fazer o que é “certo”. Tentei ser a melhor amiga pra ela.

Avós (todos) – com eles aprendi grandes lições de vidas, ouvi histórias de suas vidas e sempre os vi como verdadeiros heróis. Tentei ser a companheira de aventuras.

Tios (todos) – com eles aprendi de tudo um pouco, como ser forte, quando fazer e o que fazer, como me divertir, etc. Tentei sempre ser a sobrinha presente e agradável.

Lilian (tia) – um grande aprendizado de vida que tive foi com ela, essa minha tia faleceu há uns 4 anos e me ensinou a sorrir e ser feliz mesmo quando o mundo está contra a gente, sua frase de vida era “ A arte de sorrir cada vez que o mundo diz não”. Tentei ser pra ela uma pessoa forte.

Amigos(as) (todos) – com eles aprendi como levar a vida, me aproveitei da experiência deles para não cometer os mesmos erros e também da ajuda que eles oferecem. Tentei ser o mais fiel possível.

Deus – com ele aprendi a ser forte e não desistir da vida. Tentei ser pra ele uma serva fiel.

Primos (todos) – com eles aprendi o valor do companheirismo. Tentei ser amiga de todos.

Professores (alguns) – com eles aprendi de tudo um pouco, desde o be-a-bá à educação bancária.

Meus dons: Bem voltada pras artes meus dons principais incluem a facilidade com a música, desenhos, escrita de poemas, dança, teatro, dentre outros.

Minha trajetória para a área de educação de Surdos: Minha trajetória na área de pesquisa da Surdez começou ainda antes da faculdade. Lembro que eu sempre admirava quando via alguém falando através das mãos, cheguei até a procurar cursos, mas facilmente eu me desmotivava a realmente iniciar um.

Quando entrei na Universidade de Brasília no curso de Pedagogia tinha três áreas da educação que me chamavam mais a atenção, que me tocavam mais. Eram elas: educação especial (Surdez), Educação Musical e Educação de Jovens e Adultos (EJA). E no decorrer de minha formação fui me aproximando mais da área da Surdez. Apaixonei-me pela Língua Brasileira de Sinais (Libras) e não consegui parar de trilhar meu caminho com a educação de Surdos.

Quando iniciei meu curso de graduação o único departamento que oferecia a disciplina Libras era a linguística. Foi bastante frustrante conseguir realizar a disciplina de Libras na linguística, perdi a conta das vezes que tentei me matricular a disciplina de Libras-Básico. Não consegui nem através da coordenadora. Sendo que eu conhecia muitos alunos que tinham conseguido e só pegavam a matéria porque achavam fácil e precisavam de créditos para se formar. E eu que queria trabalhar na área não conseguia.

Confesso que eu não estava tão animada, ainda mais porque entrei na Faculdade de Educação numa época em que a área da Surdez estava perdendo uma grande professora, Celeste Azulay Kelman. Interessada, comecei a caminhar sozinha apoiada por alguns professores de áreas próximas, até que encontrei a professora mestre Edeilce, foi com ela que tive meu primeiro real contato com a Libras. Era a primeira vez que Libras era ofertada na Faculdade de Educação. Não deu outra a paixão pela Libras, pelos Surdos, sua cultura, comunidade tudo foi crescendo dentro de mim. Chegou um ponto onde qualquer trabalho com tema livre eu voltava para a pesquisa dos Surdos ou algo relacionado a eles, foram trabalhos sobre: o Surdo no mercado de trabalho, a história da educação do Surdo no Brasil; o Surdo no livro didático, e agora sobre a alfabetização e o letramento do sujeito Surdo na educação de jovens e adultos.

Cada coisa que aprendo me faz querer aprender mais, a sede que tenho por essa área não se sacia.

A partir do contato que tive com Libras criei coragem para procurar cursos fora do curso de graduação e assim fiz. Hoje terminei meu curso de Libras, entretanto continuo tendo aulas, só que agora para ser intérprete.

Lembro-me que no início foi frustrante quando comecei a aprender. E tive certas dificuldades. Dificuldades essas que tenho o orgulho de dizer que as superei, e hoje sou muito elogiada por Surdos, professores, intérpretes e pelo pessoal da área.

Entretanto minha alegria durou pouco, fiquei estudando com a professora Edeilce um ano, mas seu contrário era temporário e não podia ser renovado. Encontrei-me mais uma vez sem orientação, desesperada corri para as “asas protetoras” da professora Fátima Vidal, devo dizer que a professora Fátima foi um anjo na minha vida, ela viu a crise que eu estava passando e sempre tentou me acalmar dizendo que iria aparecer alguém que me aceitasse nesta área, mesmo que a pessoa não seja direta da área. Após muita procura e algumas sugestões sai a procura de uma tal Cristina Coelho. Meu segundo anjo na FE, acostumada a receber os alunos da área da Surdez a professora Cristina me recebeu de braços abertos, sendo super compreensiva e me ajudando e orientando.

A vida segue por caminhos tortuosos, mas sempre nos leva a lugares inacreditáveis, tropeçamos algumas vezes, mas só é sacudir a poeira, levantar a cabeça e seguir em frente. Assim vou levando a vida neste meu caminho rumo a quem sabe uma carreira profissional como intérprete/professora de Surdos.

Sonhos: Concluir a faculdade, passar no Prolibras, arranjar um bom emprego na minha área, casar com a pessoa que amo e ter filhos.

"O filósofo grego **Sócrates** perguntou ao seu discípulo Hermógenes: "Suponha que nós não tenhamos voz ou língua, e queiramos indicar objetos um ao outro. Não deveríamos nós, como os surdos-mudos, fazer sinais com as mãos, a cabeça e o resto do corpo?" Hermógenes respondeu: "Como poderia ser de outra maneira, Sócrates?"

(Cratylus de Plato, discípulo e cronista, 368 a.C.)

RESUMO

Quando falamos de alfabetização e letramento de Surdos adulto no deparamos com inúmeros obstáculos e barreiras a serem quebrados. O indivíduo surdo já por sua própria surdez acaba por sofrer uma exclusão social por se deparar com a dificuldade/impossibilidade de aquisição da língua de nossa comunidade majoritária (língua oral). A educação desta forma se apresenta ao Surdo como possibilidade de superação desta exclusão. Assim sendo a educação de alunos surdos tem uma série de limitações e dificuldades causadas pela barreira de comunicação. A partir de questionamentos que surgiram no decorrer do estágio realizado numa escola inclusiva do Distrito Federal optei por procurar referenciais que auxiliem no entendimento de como se configura a realidade experienciada. Esta monografia tem como objetivo articular teoria e prática no que diz respeito ao contexto educacional da alfabetização e letramento do Surdo na Educação de jovens e adultos. O trabalho está dividido em três partes. A primeira é a apresentação, o porquê da escolha do tema. Na segunda parte, a fundamentação teórica, que aborda sobre os temas que permeiam o trabalho. São eles: história da educação de Surdos, o sujeito Surdo, a EJA, educação de Surdos na atualidade. Por fim, na terceira parte são articuladas as discussões de dados e considerações finais. A conversa entre a fundamentação teórica e realidade escolar será realizada através de episódios vivenciados no estágio. Cada episódio selecionado com base no questionamento que levantaram. Realmente a alfabetização e letramento de Surdos adultos é um grande desafio que se apresenta ao professor. Inexiste uma assistência de fato que os auxiliem a lidar com a realidade por eles enfrentada no seu dia-a-dia dentro de sala de aula. Assim o educador tem que versar sobre qual é a concepção de surdez melhor se aplica a condição educacional do Surdo. E através da ação pedagógica transformar a condição de exclusão social e isolamento dos Surdos, criando novas possibilidades de descobrimentos e realizações que os insiram na sociedade, dando não só valor a eles, mas especialmente criando uma atmosfera de respeito e aceitação.

Palavras-chave: Surdez, EJA, Alfabetização, Letramento, Educação de Surdos.

ABSTRACT

When we talk about literacy in Deaf adults we are faced with numerous obstacles and barriers to be broken. The deaf individual has on his own deafness eventually suffer a social exclusion faced with the difficulty / impossibility of language acquisition of our majority community (oral language). The education presents itself as a possibility of overcoming this exclusion. The education of deaf students has a number of limitations and difficulties caused by the communication barrier. From questions that came during the training held in a school on Federal District opted to seek references to assist in the understanding education reality. This monograph aims to bring together theory and practice with regard to the educational context of literacy and literacy in the Deaf Education of youth and adults. The work is divided into three parts. The first is the presentation, why the choice of theme. In the second part, the theoretical foundation, which focuses on the themes that permeate the work. They are: history of education of the Deaf, the Deaf guy, EJA, Deaf education today. Finally, in the third part are articulate discussions of data and final considerations. The conversation between the theoretical and school reality will be run through episodes experienced on stage. Each episode selected based on questions that arose. Really literacy and literacy for Deaf adults is a challenge that is presented to the teacher. In fact nonexistent assistance that helps them deal with the reality faced by them in their day-to-day within the classroom. Once the educator has to revolve around what is the best design of deafness applies to educational condition of the Deaf. And through the pedagogical action to transform the condition of social exclusion and isolation of the Deaf, creating new opportunities for discoveries and achievements that enter into society, giving them not only value, but especially creating an atmosphere of respect and acceptance.

Keywords: Deafness, EJA, Literacy, Literacy, Education of the Deaf.

SUMÁRIO

MEMORIAL.....	7
APRESENTAÇÃO.....	17
CAPÍTULO 1- UMA VISÃO HISTÓRICA SOBRE A SURDEZ NO BRASIL.....	20
CAPÍTULO 2 – O SUJEITO SURDO: identidade e cultura	33
CAPÍTULO 3 – A EDUCAÇÃO DE SURDOS.....	36
OBJETIVOS.....	45
METODOLOGIA.....	46
DISCUSSÃO DE DADOS	47
CONSIDERAÇÕES FINAIS	54
REFERÊNCIAS	56

APRESENTAÇÃO

O que me motivou a realizar este exercício de pesquisa foi quando durante a observação e estágio com Surdos no contexto escolar, me deparei com uma realidade bem peculiar de alunos jovens e adultos que se apresentavam sem língua – nem português, nem a Libras- sua comunicação limitava-se a gestos caseiros criados apenas para satisfazer às suas necessidades básicas como pessoa.

A preocupação levantada neste trabalho foi a de buscar entender como está configurado, a realidade educacional no que tange a alfabetização e letramento na educação de jovens e adultos Surdos.

Desta forma o objetivo geral deste trabalho é investigar se a teoria compreendida no meu percurso no curso de pedagogia é a realidade educacional da educação para estudantes Surdos na EJA. Seus objetivos específicos são: verificar como a língua é trabalhada no contexto atual do aluno Surdo; entender como se configura a comunicação do Surdo adulto analfabeto tanto para português quanto pra Língua Brasileira de Sinais (Libras); e pesquisar estudos atuais sobre o tema.

O trabalho está dividido em três partes. A primeira é a apresentação, o porquê da escolha do tema.

Na segunda parte, a fundamentação teórica, que aborda sobre os temas que permeiam o trabalho. São eles: história da educação de Surdos, o sujeito Surdo, a EJA, educação de Surdos na atualidade.

Por fim, na terceira parte são articuladas as discussões de dados e considerações finais.

Como estou há certo tempo na área de Surdez já possuo uma base com a qual me indentifico. Neste trabalho, fundamentada em Castro (2011), opto, por utilizar: o termo Surdo com “S” maiúsculo, para desta maneira representar uma estratégia de empoderamento, de posição e divulgação do sujeito Surdo enquanto cidadão que luta por seus direitos políticos, linguísticos, educacionais e outros para que seja respeitado as manifestações através da Libras e uma efetiva inclusão.

Em relação a outras denominações para Castro (2011) o termo Surdo-Mudo resgata uma visão cultural-histórica dos primeiros Surdos que iniciaram a luta e a mobilização pela aceitação do sujeito. E não a conotação “errônea” de que Surdo-Mudo é o Surdo que não fala ou não conseguem falar. Já o termo surdo com a letra “s” minúscula representa uma visão clínica, patológica de que a surdez é uma deformidade que deve ser tratada, impõe cura para o surdo, isto é, conforme a “taxação”, em todos os sentidos, feita pelo “audismo” com relação à comunidade Surda.

O Surdo em si já se depara com limitações, dificuldades e obstáculos a serem enfrentados no decorrer de sua vida. O desconhecimento e a falta de informação sobre a Surdez fazem com que muitos tenham uma visão equivocada a respeito dos sujeitos Surdos, que como qualquer outro são dotados de cultura, histórias, conhecimentos, habilidades, experiências de vida e principalmente de identidade. E é esta visão equivocada que gera preconceitos e a exclusão destes na sociedade.

Para Pfeifer (1999), seja no ambiente familiar, na igreja, na escola ou em qualquer outro ambiente social a realidade que enfrentam é geralmente a mesma. Uma realidade de pena, exclusão, limitação, preconceito, entre outros.

Como qualquer outro cidadão brasileiro, os Surdos são sujeitos com direitos e deveres. Dentre eles podemos destacar o direito à educação. É através principalmente da educação que nos fazemos cidadãos, e que nos inserimos no mundo. Quanto a isso Moura e Zucchetti (2010) diz:

A educação não se limita apenas ao contexto escolar ela vai mais além, ela normalmente se inicia com a família aonde ensinam os costumes, as tradições, as regras, a cultura, etc. A educação auxilia a adaptação das pessoas à sociedade, além de capacitá-las a desenvolver suas potencialidades possibilitando assim o crescimento e a evolução da sociedade. Ela vai acompanhar o indivíduo durante toda sua vida, pois nos deparamos sempre com o novo, com a aprendizagem/ensino de uma nova coisa. (MOURA & ZUCCHETTI, 2010)

E se formos pensar a Educação no contexto educacional do aluno Surdo?

É interessante ver que no decorrer da história da educação do Brasil a educação para pessoas com necessidades especiais foi ganhando força aos poucos e atualmente existem políticas públicas que promovem, favorecem e

oferecem este tipo de educação. O bom disto é que, assim como muitas outras coisas, a educação inclusiva está ganhando cada vez mais força social e se empenhando para superação de seus obstáculos, dentre eles principalmente os preconceitos gerais e do senso comum.

Pode-se definir de modo até geral no contexto não só de alunos Surdos, mas de qualquer aluno com necessidades especiais, que a palavra que melhor expressa à educação inclusiva é desafio.

Mesmo que o governo preveja acessibilidade nos diversos contextos dos sujeitos com necessidades especiais, sabe-se que as dificuldades por eles enfrentadas ainda existem e não devem ser ignoradas. O sistema inclusivo educacional é complexo, tanto em seu nível micro nas relações professor-aluno, quanto ao nível intermediário da escola, e ao nível macro das políticas públicas do governo.

Existe toda uma história de conquistas e lutas dos Surdos para com seus direitos. Duas conquistas foram: em 2002, a lei 10.436, que regulariza a Libras (Língua Brasileira de Sinais) como segunda língua oficial do Brasil e como um direito de comunicação dos Surdos foi aplicada; e em 2005 o decreto 5.626 que regulamenta esta lei.

Assim sendo atualmente um aluno Surdo pode e tem o direito de ter acesso à educação através da Libras, seja por meio da intérprete em sala de aula ou da própria professora que dê aula em Libras.

CAPÍTULO 1- UMA VISÃO HISTÓRICA SOBRE A SURDEZ NO BRASIL

1.1 Uma visão histórica de pessoas com necessidades especiais no Brasil

Grande parte deste tema está baseado no livro de Figueira (2008) por ser uma das obras mais completas sobre o tema da história da educação de pessoas com necessidades especiais no Brasil.

Primeiramente ao propor este tema é necessário esclarecer que a trajetória histórica na qual se encontram as pessoas com necessidades especiais é imprevisível, não segue uma linearidade e é marcada pela diversidade de percursos individuais. Também não se pode conceber esta história como sendo um movimento contínuo e homogêneo de integração, uma vez que a maneira pela qual a sociedade enxergava o sujeito com necessidade especial, numa mesma época, era variável de um país para o outro.

A deficiência é uma temática que não está restrita ao Brasil. A forma com a qual a sociedade brasileira vê e age com deficientes e trata esta temática é reflexo de visões difundidas e transmitidas em nível mundial no decorrer da história. Se retomarmos e pesquisarmos um pouco a história das pessoas com necessidades especiais, veremos que durante muitos e muitos anos eram enclausurados, asilados, mortos, abandonados, escondidos, considerados “castigo de Deus”, incapazes, que precisam de assistência, coitados, excluídos socialmente, uma vergonha, motivo de “chacota”, etc.

As grandes mudanças e superações que aconteceram e estão acontecendo em relação às visões preconceituosas acerca dos deficientes, só começaram a se fortalecer a partir da década de 80. Foi com base nessas superações que hoje nos deparamos com um cenário que procura promover a inclusão e a garantia de direitos destes indivíduos, que surgiram graças ao fortalecimento dos movimentos ligados aos direitos humanos e ao aumento da consciência sobre a igualdade de direitos.

O preconceito aos deficientes inicia assim que nascem (caso ele já nasça deficiente), com a fala do médico dizendo: “Tenho uma má notícia.”, “Não há muito para ser feito.”, “Não espere muito dele.”, ou “Existe cura para isso.”, dentre outras frases negativas que favorecem e reforçam o preconceito. Em relação a esses tipos de frases vale ressaltar que: só porque a pessoa é deficiente não

significa dizer que ela é doente, você dizer que uma deficiência tem cura é o mesmo que dizer que deficiência é uma doença, o que claramente não o é¹; as pessoas deficientes possuem limitações, mas da mesma maneira têm suas capacidades, então quando dizem para não esperar muito deles, isto exclui a esperança dos pais e familiares de que ele possa fazer algo, o que não é o caso; quando o médico diz que tem uma má notícia e aponta a “deficiência” como algo ruim ele transmite essa visão ruim aos pais.

Segundo FUHR (2007) as pessoas com necessidades especiais são rotuladas dentro de uma sociedade medicalizada, aonde a pessoa é estigmatizada sendo vista como objeto de conhecimento científico. Os efeitos dessa medicalização geraram uma doença epidêmica, a iatrogênese, que implica a perda da autonomia e do controle da própria vida. As famílias coisificam as pessoas com necessidades especiais, tratando-as como se elas fossem corpos doentes e imperfeitos, porque entenderam os problemas da vida como patologias. E este processo de “adoecimento familiar” impede que as pessoas com necessidades especiais sejam vistas em suas singularidades.

No decorrer da história do Brasil durante muito tempo os indivíduos considerados “diferentes”, diferentes do ser branco, bonito, rico, inteligente, modelo padrão Europeu de estética, foram invisibilizados, indivíduos como deficientes, negros, imigrantes e indígenas que eram, e em alguns lugares ainda são, considerados como seres incapazes de oferecer algo a sociedade. Segundo Figueira (2008) acerca das pessoas com necessidades especiais, poucos relatos são encontrados a respeito de sua história, como eram, o que faziam, com quem faziam, etc. Esta falta de fonte sobre esta história fez com que parte da história, dos deficientes, fosse perdida com o passar do tempo. Mas aparecendo ou não na história que nos é contada eles fizeram e ainda fazem parte dela, são sujeitos históricos.

Em sua obra de 2008, Figueira estabelece uma visão histórica que procura traçar a história das pessoas com necessidades especiais no Brasil desde antes de seu descobrimento. Este livro revela uma característica marcante do que foi a

¹Essa questão da “cura” para a pessoa com necessidade especial é complexa. Há que se considerar também a dimensão que ela carrega. Segundo Souza (2006) os pais esperam ter um filho “normal”, nenhum pai está preparado para um filho com necessidades especiais, e a surpresa de um filho especial, junto à falta de informação sobre isso, desencadeia todo processo até que se chegue à aceitação.

luta pela sobrevivência, direitos e cidadania ao longo de suas histórias para a superação da invisibilidade que a sociedade lhes impunha.

Por meio do processo de recuperação do percurso dos deficientes no Brasil elaborado por Figueira (2008) é possível identificar aspectos importantes tais como: a política de exclusão ou rejeição das pessoas com algum tipo de deficiência praticada pela maioria dos povos indígenas; os maus-tratos e a violência como fatores determinantes da deficiência nos escravos africanos; e como, desde os primeiros momentos da nossa história, consolidou-se a associação entre deficiência e doença (medicalização da sociedade).

A questão da história das pessoas com necessidades especiais se reflete nos dias atuais, como poderemos perceber na análise.

1.2- A pessoa deficiente no povo formador brasileiro: índios, negros e os imigrantes

Segundo Figueira (2008) os povos indígenas praticavam a eliminação, abandono e/ou a exclusão de crianças deficientes. Existiam também algumas crenças e superstições associadas às pessoas deficientes, que continuaram a se reproduzir ao longo da história brasileira. Segundo os curandeiros indígenas, os “negro-feiticeiros” o nascimento de crianças deficientes era relacionada a castigo ou punição.

Na verdade, mesmo para doutrinas religiosas contemporâneas, até as deficiências adquiridas são vistas como previamente determinadas por forças divinas ou espirituais. Essa prática não é muito diferente das observadas em outras épocas, como por exemplo, na História Antiga e Medieval, onde a deficiência era considerada um castigo de Deus ou dos deuses ou então até mesmo de outras forças superiores.

Pouco se sabe sobre a história de deficientes na população negra traficada como escravos para Brasil. Relatos encontrados a respeito comentavam que a grande quantidade de negros que ficaram deficientes graças às condições desumanas as quais estavam submetidos. São casos de negros que tiveram alguma(s) de sua(s) parte(s) amputada(s) como castigo e/ou punição ou que pegaram alguma doença incapacitante que tenha se disseminado, em alguma embarcação de tráfico negreiro superlotada. E o número destes casos

provavelmente só não foi maior porque a economia dependia da mão-de-obra escrava.

Quanto aos colonos Portugueses, desde o momento em que chegaram ao território brasileiro sofreram com as condições do clima tropical, como o forte calor, além da enorme quantidade de insetos. Estas características climáticas refletiram na saúde e bem-estar destes europeus, sendo que algumas dessas enfermidades de natureza muito grave chegaram a levá-los a aquisição de severas limitações, deficiências físicas e sensoriais. As condições de tratamento da maioria destas “enfermidades” não eram adequadas e continuariam assim por várias décadas.

1.3 As pessoas com necessidades especiais no Brasil

Durante a época colonial esteve presente no Brasil o asilismo, que era o confinamento das pessoas vistas como diferentes, excluídas como deficientes, loucos, indigentes e sobre influência de medicação, sendo elas afastadas da vida em sociedade. E em oposição ao asilismo surgiu o assistencialismo que, por “pena”, reconhecia os deficientes como seres necessitados, por causa de suas dificuldades e limitações, lhes concedeu direitos a diversos serviços de reabilitação, trabalho e educação, sempre em locais protegidos e organizados especialmente para eles.

Dando um salto histórico e indo para o século XIX nos deparamos com a ocorrência mais frequente da deficiência graças à ampliação da quantidade de conflitos militares.

Foi então que o general Duque de Caxias preocupado com os soldados que ficaram deficientes contactou o Governo Imperial. E em 1868, no dia 29 de julho no Rio de Janeiro foi inaugurado o “Asilo dos Inválidos da Pátria”, que recolheria e trataria os soldados deficientes, além de proporcionar a educação aos filhos órfãos e de militares. Entretanto apesar desta “boa intenção”, fontes históricas relatam que a instituição e seu funcionamento eram muito precários durante o período imperial e apesar de tudo permaneceu funcionando por um período de 107 anos, mesmo tendo apresentando no decorrer deste percurso, terminou fechando em 1976.

Segundo Iumatti (2012) no século XX:

Existiu um contexto global que impulsionou a formulação de leis e políticas públicas aqui no Brasil, voltadas para a inclusão e a garantia de direitos para as pessoas com deficiência. Isso passou a acontecer fortemente a partir da década de 80. As duas Guerras Mundiais ocorridas no século XX (1914/1918 e 1939/1945) aumentaram o número de ocorrências de deficiências físicas e sensoriais (visual e auditiva), colocando a temática na pauta das preocupações coletivas e exigindo um papel atuante dos Estados. É a partir de então que medidas relacionadas à proteção e inclusão das pessoas com deficiência começaram a ser pensadas, em termos de políticas públicas. (IUMATTI, 2012).

Com a fundação da Organização das Nações Unidas (ONU), na década de 1940, o processo de inclusão social tomou um grande impulso. Nesta época, o avanço da medicina trouxe um zelo para com os deficientes, criando hospitais-escolas que proporcionaram o aumento de produções e pesquisas relacionadas à área de reabilitação. E aqui vemos o elo que se criou entre a deficiência e a medicina. Foi também na década de 1940 que se originou a expressão “pessoas excepcionais” que era um termo utilizado para se referir a pessoas que se diferenciavam por não seguirem as normas sociais, físicas e/ou mentais do seu grupo.

Naquele momento o senso comum indicava que as crianças com necessidades especiais não poderiam estar nas escolas regulares, passa-se então a associar deficiência à doença, visão essa que repercute até os dias atuais. Em oposição à visão da medicalização dos deficientes surgiu o movimento de luta, organizado por pessoas deficientes para modificar este modelo médico-clínico adotado socialmente até então.

A partir dos anos 1980, os movimentos mundiais de luta pelos direitos humanos se intensificaram, busca-se a garantia de direitos plenos a todos os cidadãos, independente de raça, religião e deficiência. Esta foi a década em que, dentre várias questões sobre as pessoas com necessidade especiais uma das mais pertinentes foi a da conscientização social sobre as existências das pessoas deficientes, contra a invisibilidade social-histórica que a sociedade lhes impunha.

O que até então eram marcados por êxitos individuais, passa a ser um reconhecimento coletivo e mútuo da situação na qual os deficientes se encontravam.

Iumatti (2012) afirma “Em 1981, declarou-se o Ano Internacional da Pessoa Portadora de Deficiência, que teve como tema “participação pela e igualdade”. As repercussões foram tantas que a década seguinte foi dedicada a este importante segmento da população mundial”.

De acordo com Figueira (2008):

Se até aqui a pessoa com deficiência caminhou em silêncio, excluída ou segregada em entidades, a partir de 1981 – Ano Internacional da Pessoa Deficiente -, tomando consciência de si, passou a se organizar politicamente. E, como consequência, a ser notada na sociedade, atingindo significativas conquistas em pouco mais de 25 anos de militância. (FIGUEIRA, 2008)

Nós sabemos que com uma visão da história das pessoas com necessidades especiais no Brasil nos permite pesquisar e investigar o passado dos povos e das comunidades procurando compreender as suas realizações educacionais, sociais, políticas e culturais. E a partir destas investigações conhecer os acontecimentos e as consequências das transformações pelas quais passaram os sujeitos com necessidades especiais e fornecer informações que ajudam a explicar o contexto atual, o que neste trabalho será realizado com foco na educação de Surdos.

1.4 Uma breve visão sobre a história da Educação de Surdos no Brasil

Este levantamento histórico é extraído de várias partes de diferentes publicações sobre a história da educação de Surdos. O que não significar que toda a história aqui relatada seja verídica ou não, para isto haveria necessidade de uma pesquisa mais profunda para comprovar cada fato histórico registrado.

Durante muitos anos os Surdos foram privados de vários direitos, não podiam frequentar escolas, não podiam ir a vários lugares, além de que não poderem se casar ter filhos, conviver com a sociedade, possuir bens e posses e muito mais. Isso piorava muito o modo de vida delas, deixando-os excluídos e

comprometendo sua sobrevivência. Como podemos ver na fala de Strobel (2009) sobre os Surdos na Idade Média:

Aos surdos eram proibidos de receberem a comunhão porque eram incapazes de confessar seus pecados, também haviam decretos bíblicos contra o casamento de duas pessoas surdas só sendo permitido aqueles que recebiam favor do Papa. Também existiam leis que proibiam os surdos de receberem heranças, de votar e enfim, de todos os direitos como cidadãos. (STROBEL, 2009)

Soares (1999) expõe que a história da Educação de Surdos tem seu primeiro registro na Idade Moderna no final do século XV, onde apesar de ainda não existirem instituições educacionais para Surdos, é quando se tem o primeiro relato de uma educação para educandos Surdos. Esta educação era promovida e oferecida por ouvintes que tentavam ensinar aos Surdos. Nesta época destacam-se como educadores: o médico italiano Girolamo Cardano (1501-1576), que afirmou “a surdo-mudez não era impedimento para o surdo aprender e que o melhor meio para isso seria a escrita” e usava a linguagem escrita e os sinais; e o Pedro Ponce de Léon (1520-1584) que era um monge espanhol que fazia o uso de leitura labial e treinamento de voz, além dos sinais.

Em 1756, o Abbé de L`Epeé cria, em Paris, a primeira escola para surdos, Instituto Nacional de Jovens Surdos de Paris, com uma filosofia manualista e oralista. “Foi a primeira vez na história que os surdos adquiriram o direito a uma língua própria.” (GREMION, 1998, p. 47).

Segundo Barata & Proença (2001), antes mesmo da institucionalização da educação especial no Brasil, alguns grupos de educadores já manifestavam interesse pelo atendimento educacional para as necessidades especiais.

Em junho de 1855, Edward Huet, um surdo francês que estudou no Instituto Francês com Clerc e seguia com o método de ensino a língua de sinais e a escrita (Método Combinado), envia um relatório ao Imperador Dom Pedro II. Neste documento o professor Huet revela sua intenção de fundar um estabelecimento para pessoas surdas-mudas no Brasil, mais especificamente uma escola. Edward relata que seria uma escola especializada e adaptada para essas pessoas, que se não tivessem o auxílio do Estado não se manteriam, pois as grandes maiorias dos surdos-mudos eram de origem familiar pobre.

O relatório apresentava também informações sobre a experiência vivida pelo professor Huet no Instituto dos Surdos-Mudos de Bourges, na França, aonde atuou como diretor.

Em 1856, Dom Pedro II decide criar um instituto de educação para surdos-mudos e pede ao Marquês de Abrantes para que faça a organização de uma comissão com figuras importantes do Império dispostas a promover a sua fundação. No ano seguinte já formada a comissão, ocorreu uma reunião que deliberou primeiramente a criação do Imperial Instituto dos Surdos Mudos.

Com a chegada de Huet e o apoio da corte imperial, no dia 26 de setembro de 1857, foi fundado no Rio de Janeiro o Imperial Instituto dos Surdos Mudos, atual INES. De início o instituto funcionava apenas aceitando surdos homens que vinham de todos os cantos do Brasil, e em sua maioria eram Surdos que tinham sido abandonados pelas famílias. O currículo proposto pelo instituto apresentava disciplinas como português, aritmética, geografia, história, leitura labial e linguagem articulada – essas últimas apenas para os Surdos que tivessem aptidão.

Graças a este instituto, os Surdos do Brasil puderam contar com uma escolar especializada para eles e puderam ter a chance de criar sua própria língua de sinais. A atual Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) é uma mistura do sistema de comunicação que os Surdos já utilizavam no país em locais variados com a Língua de Sinais da França.

Com a saída de Edward Huet do Instituto por problemas pessoais em 1862, quem ocupa seu lugar na diretoria é Dr. Manuel de Magalhães Couto.

O Dr. Manuel não dá continuidade ao trabalho de Edward, parando de treinar a fala e a leitura labial no Instituto por não ser especialista na área da surdez.

Em 1868, uma inspeção governamental declara o Instituto como sendo um asilo para Surdos. Isso faz com que o cargo de diretor seja transmitido a Tobias Leite que retoma o ensino da leitura dos lábios e da linguagem articulada com obrigatórias na aprendizagem dos Surdos do instituto.

No ano de 1880, num congresso mundial que aconteceu em Milão na Itália que reuniu professores de Surdos de todas as localidades do mundo, foi chegada a conclusão de que todos os Surdos deveriam ser ensinados pelo Método Oral Puro. Porém o Brasil manteve seu método Combinado até o ano de 1889, quando

a política do governo brasileiro declara que a linguagem articulada e a leitura labial só seriam ensinadas aos Surdos que não prejudicassem a escrita tendo um bom aproveitamento do que fora ensinado.

A pedido do governo brasileiro o Instituto Imperial envia seu professor A.J. De Moura e Silva, para o Instituto Francês de Surdos para avaliar a decisão do Congresso de Milão e concluiu que o Método Oral Puro não se prestava para todos os surdos. Entretanto em 1911, o instituto imperial passa a seguir o oralismo puro para as aulas.

Apesar de o método oral puro ser adotado, a língua de sinais não foi deixada de lado e permaneceu forte até 1957 quando ocorre sua proibição pelo governo.

Em 1931, o Instituto cria um externato para mulheres com oficinas de bordado e costura, consolidando-se assim como local profissionalizante, instituído no ano de 1925.

A década de 50 é marcada por muitos acontecimentos importantes, como a criação do 1º curso normal para educadores na área da surdez, em 1951. Neste mesmo ano o Instituto Nacional de Educação de Surdos recebe a visita da famosa americana surdo-cega, Helen Keller. No ano seguinte o Instituto inicia o Jardim de Infância e em seguida cria o curso de Artes Plásticas. No dia 6 de junho de 1957, o Instituto passou a denominar-se Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES).

Nas décadas seguintes o INES passa a ter o Serviço de Estimulação Precoce que atende bebês de zero a três anos. Depois cria um curso de especialização para professores na área da surdez e passa a investir na capacitação de recursos humano para além de capacitar, formar agentes multiplicadores nesta área. Assim professores de todo o Brasil faziam o Curso de Estudos Adicionais e depois retornavam as suas origens disseminando os conhecimentos apreendidos no Instituto.

O surgimento de novas escolas para Surdos

O século XX é marcado com a criação de novas escolas para alunos surdos pelo mundo todo. No Brasil, surgiram o Instituto Santa Terezinha para meninas surdas (SP), a Escola Concórdia (Porto Alegre - RS), a Escola de Surdos

de Vitória, o Centro de Audição e Linguagem “Ludovico Pavoni” - CEAL/LP - em Brasília-DF e várias outras que, assim com o INES e a maioria das escolas de surdos do mundo, passaram a adotar o Método Oral.

Com a criação da Constituição Federal de 1988, que estende a garantia de educação a todos, passa a haver uma propagação de ideais que visam o ingresso de todas as pessoas com necessidades especiais preferencialmente nas escolas regulares. Ainda mais com os aprimoramentos das próteses otofônicas que foram o grande empurrão para as crianças surdas de vários países serem colocadas em escolas regulares.

No Brasil, as Secretarias Estaduais e Municipais de Educação passaram a coordenar o ensino das crianças com necessidades especiais e surgiram as Salas de Recursos e Classes Especiais para surdos, além de algumas Escolas Especiais, com recursos públicos ou privados.

Segundo dados do IBGE/2010, existem no Brasil cerca de 9,7 milhões de pessoas com problemas relacionados à surdez (5,1%). Dados censo escolar 2010 do Ministério da Educação (MEC) mostram que $\frac{3}{4}$ dos estudantes Surdos matriculados estavam incluídos em classes regulares, o que representa aumento de 30%, em relação ao censo de 2008. Entretanto quando comparados aos dados da população brasileira com deficiência auditiva como um todo, os mesmos números mostram que os surdos estão longe de estar incluídos no sistema escolar. O que segundo Castro (2011) comprova a exclusão escolar provocada pelas barreiras na comunicação, à falta de políticas públicas educacionais e linguísticas entre alunos Surdos e professores.

Uma nova conquista: bilinguismo na escola

De acordo com Lima (2004):

Tendo em vista o descontentamento ancorado nos resultados pouco expressivos obtidos com a instauração do método oral na educação de crianças surdas nos espaços escolares, é introduzida, no Brasil, no final da década de 70, a Comunicação Total, após a visita de Ivete Vasconcelos, professora de surdos na Universidade Gallaudet. (LIMA,2004)

A Comunicação Total é uma filosofia que, no trabalho escolar, traduz-se por uma “completa liberdade... de quaisquer estratégias, que permitem o resgate de comunicações, total ou parcialmente bloqueadas”. (CICCONE, 1996).

Face a essa filosofia de Comunicação Total o INES no ano de 1986 inicia um projeto de pesquisa que trabalha a implementação da Comunicação Total em grupos de alunos do Instituto. O projeto de pesquisa denominou-se Projeto de Alternativas Educacionais (PAE).

Marchesi (1987) posicionando-se contrário à Comunicação Total argumenta que não é importante somente apresentar ao aluno surdo diferentes formas de se comunicar (diferentes códigos) para que este faça a sua escolha. É necessário, além disso, saber se o conhecimento e a incorporação de tais códigos, por parte do aluno, estão se dando de modo eficiente.

Estudiosos linguistas brasileiros começaram a se interessar pela utilização da Língua de Sinais Brasileira na educação do Surdo. Mais recentemente, os avanços nas pesquisas sobre as línguas de sinais, preconiza o acesso da criança, o mais precocemente possível, a duas línguas: à língua de sinais e à língua oral de seu País - Filosofia de Educação Bilíngue.

Neste mesmo momento inspirados nas lutas das minorias (negros, indígenas, pobres, etc) as pessoas com necessidades especiais começam a sentir necessidade de garantirem seus direitos. Assim os Surdos da comunidade Surda formada no Brasil passam a reivindicar a respeito à língua de sinais, um ensino de qualidade, acesso aos meios de comunicação (legendas e uso do TDD [do inglês *Telecommunications Device for the Deaf*]), serviços de intérpretes, entre outras.

Desta forma face às críticas feitas à adoção da Comunicação Total na educação de Surdos e as reivindicações, são iniciadas no Brasil, as primeiras discussões sobre a implantação do bilinguismo enquanto proposta educacional a ser utilizada nas escolas brasileiras.

Em 19 de dezembro de 2000 é promulgada a lei nº 10.098 que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.

No dia 24 de abril de 2002 o presidente Fernando Henrique Cardoso decreta a lei nº 10.436 que reconhece a LIBRAS- Língua Brasileira de Sinais como meio legal de comunicação e expressão.

Em 22 de dezembro 2005, Luiz Inácio Lula da Silva lança o decreto nº 5.626 que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Este decreto estabelece a obrigatoriedade da LIBRAS como disciplina curricular obrigatória aos cursos de formação de professores, nas licenciaturas e nos cursos de Fonoaudiologia, bem como deve ser realizada a formação do professor e instrutor de LIBRAS, como será feito o uso e a difusão da LIBRAS e da Língua Portuguesa para o acesso das pessoas surdas à Educação, como será a formação do tradutor e intérprete de LIBRAS e Língua Portuguesa. Esta lei também garante no direito à educação, à saúde das pessoas surdas ou com deficiência auditiva, etc.

Em setembro de 2010, foi decretada a lei nº 12.319 que regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais.

De acordo com Goldfeld (2001) a denominação da Língua de Sinais Brasileira:

Para se chegar a atual nomenclatura Libras a Língua Brasileira de Sinais passou por todo um processo de conhecimento e reconhecimento. Segundo a pesquisadora Lucinda Ferreira, que desenvolve pesquisas sobre a Língua Brasileira de Sinais, a primeira denominação seguia o padrão internacional de abreviação das Línguas de Sinais, sendo denominada Língua de Sinais dos Centros Urbanos Brasileiros (LSCB), para que possa ser diferenciada da Língua de Sinais Kaapor Brasileiros (LSKB) utilizada pela tribo indígena Urubu Kaapor no estado do Maranhão. E Apenas em 1994 a comunidade Surda passa a usar a abreviação LIBRAS no lugar de LSBC. (GOLDFELD, 2001)

A respeito da Educação de Surdos no Brasil, a última conquista aconteceu na manhã da terça-feira dia 13 de novembro de 2012 a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara Legislativa aprovou o projeto de Lei nº 725/2012, de autoria do deputado Wellington Luiz. Esta lei institui a Escola Bilíngue Integral que terá a Língua Brasileira de Sinais (Libras) como o primeiro idioma e, ao mesmo tempo, ensine o português escrito.

Os estudos atuais se preocupam em entender o surdo, sua cultura, sua forma singular de pensar, agir, e não apenas os aspectos biológicos ligados à surdez. O que é de suma importância para se compreender as particularidades dos sujeitos Surdos e assim poder ajudar na melhora de qualidade de vida, através da assistência, saúde, educação, etc.

Segundo França e Nóbrega (2011), as realidades psicossocial, cultural e linguística devem ser consideradas pelos profissionais ao se propor o bilinguismo. A escola (professores, administradores e funcionários) deve estar preparada para adequar-se à realidade assumida e apresentar coerência diante do aluno e da sua família. A família deve conhecer detalhadamente a proposta para engajar-se adequadamente.

Os profissionais que assumem a função de passar as informações necessárias aos pais devem estar preparados para explicar que existe uma comunicação visual (a língua de sinais) que é adequada à criança surda, que essa língua permite que a criança tenha um desenvolvimento da linguagem análogo ao de crianças que ouvem que essas crianças podem ver sentir, tocar e descobrir o mundo em sua volta sem problemas, que existem comunidades de surdos; enfim, devem estar preparados para explicar aos pais que eles não estão diante de uma tragédia, mas diante de outra forma de comunicar que envolve uma cultura e uma língua visual-espacial.

Deve-se garantir à família a oportunidade de aprender sobre a cultura Surda e sua língua, com meta de modificar essa realidade para um futuro de inclusão.

Esta retrospectiva histórica da educação de Surdos propicia não apenas compreender a forma como o sujeito surdo foi tratado e educado ao longo do tempo, mas também o comportamento atual da sociedade em relação a essas diferentes representações na sua educação.

A partir desta perspectiva geral, parece oportuno refletir sobre alguns aspectos da educação de surdos ao longo da história, procurando compreender seus desdobramentos e influências sobre a educação na atualidade.

CAPÍTULO 2 – O SUJEITO SURDO: identidade e cultura

Para se caracterizar o sujeito Surdo primeiro há que se falar sobre a Cultura Surda. O que é a Cultura Surda? De acordo com Strobel (2008):

Cultura surda é o jeito de o sujeito surdo entender o mundo e de modificá-lo a fim de se torná-lo acessível e habitável ajustando-os com as suas percepções visuais, que contribuem para a definição das identidades surdas e das almas das comunidades surdas. (STROBEL, 2008, p. 24).

Lane (1992) ressalta que a cultura surda, além da língua, é constituída pela literatura específica, sua própria história ao longo do tempo, conto de fadas, fábulas, romances, poesia, peças de teatro, anedotas, alcunhas, jogos de mímica e muito mais.

A sociedade muitas vezes afirma que o povo surdo tem sua cultura, mas não a conhece. Comentam e afirmam que como na sociedade a maioria dos sujeitos é ouvinte, o sujeito surdo tem que viver e submeter-se a essa maioria que o rodeia. (STROBEL, 2008, p. 82).

O termo Comunidade Surda abre espaço nesse trabalho para tecer comentários de diversos grupos com diferentes características, como os Indígenas, Oralizados, Bilíngues, os que têm a Libras como primeira língua (L1), os implantados e outros. Castro (2011) explica os termos: “Surdo- Mudo” que é um termo antigo errôneo de que os Surdos são pessoas também incapazes de falar; “Surdo” que é o sujeito que se reconhece como Surdo, faz uso da Língua de Sinais, possui engajamento político pelas lutas a favor da Comunidade Surda e está inserido dentro da Cultura Surda; e “surdo” é a visão clínica que geralmente trata a surdez como uma doença que deve ser curada, nesta visão é que se encontra o audismo que basicamente seria a cultura ouvinte sendo considerada superior a Cultura Surda e comunidade surda.

Como se articula a identidade do sujeito Surdo?

A autora Gesser, relata que somos (surdos e ouvintes) permeados, por múltiplas identidades e culturas (Gesser, 2006: 136-144).

Primeiramente é importante falar sobre as “identidades surdas”, o que é uma questão que vem sendo bastante problematizada na academia.

As identidades, na surdez, a princípio se constituem nos espaços entre as culturas, as línguas e as comunidades surdas e ouvintes, sendo possível, segundo Perlin (1999), ser classificadas como:

1) *identidade surda em si*: aquela que se sobressai pela militância e consciência de definir-se politicamente diferente. É facilmente verificada em surdos filhos de pais surdos;

2) *identidade surda híbrida*: costuma ser atribuída a surdos que nasceram ouvintes e que, com o tempo, tornaram-se surdos. Apesar de a autora referir-se apenas a casos que, como o dela, foram em direção à formulação de uma identidade surda, é preciso ressaltar que o oposto também pode ocorrer, ou seja, existem aqueles que se voltam para a construção de identidades refletidas nos ouvintes;

3) *identidade surda de transição*: manifesta-se em surdos que viveram sob o domínio da cultura ouvinte, em geral, os surdos oralizados, mas que posteriormente foram inseridos na comunidade surda, passando pelo processo de “desouvintização” da representação da identidade;

4) *identidade surda incompleta*: verificada em indivíduos que vivem sob a dominação latente da ideologia ouvintista, negando as possibilidades de identidades surdas e considerando os ouvintes como o padrão a ser seguido;

5) *identidade surda flutuante*: apresenta-se onde os surdos vivem e se expressam a partir da hegemonia ouvinte (de forma consciente ou não), não demonstrando, no entanto, satisfação ou integração a nenhum dos seguimentos, nem o surdo, nem o ouvinte.

Antes, os sujeitos surdos eram considerados deficientes e a surdez era uma patologia incurável, agora, eles passaram a ser ‘diferentes’. São os sujeitos surdos que têm que dizer o que é melhor para eles, eles precisam respirar sua própria surdez sim, como os ouvintes respiram sua ‘ouvintez’. (STROBEL, 2008b, p. 39)

Segundo McCleary (apud STROBEL, 2007, p. 33): “orgulho de ter identidade surda é um ato político. É porque o sujeito surdo começa a agitar o mundo ouvinte. O ouvinte começa a ter menos controle sobre o povo surdo”.

Então o sujeito Surdo é aquele que se empodera da surdez não como uma deficiência, mas como uma condição, se engajando politicamente em prol de seus iguais e de sua comunidade e cultura, fazendo o uso de sua língua materna, a Língua de Sinais, como primeira língua.

Há que se respeitar o Surdo como detentor de uma cultura própria e diferente da qual os ouvintes estão acostumados. A escola deve ser um lugar propício para a libertação e não ser uma reprodução e mantenedora do idealismo da cultura oralista ouvinte dominante. Há que ser trabalhado nos professores, nas escolas e nos alunos a importância de se aceitar, respeitar e reconhecer a outra cultura oprimida para dessa forma criar uma convivência próspera entre as diversas culturas.

A caracterização e delimitação do sujeito com qual trabalhamos nos permite a compreensão desse sujeito. Compreender melhor o sujeito educando Surdo auxilia no desenvolvimento de atividades, recursos e adaptações especiais a sua educação. Permitindo assim verificar a adequação da educação inclusiva atual as necessidades dos alunos sujeitos Surdos.

CAPÍTULO 3 – A EDUCAÇÃO DE SURDOS

3.1 A Educação de Jovens e Adultos

De acordo com o site da Secretaria do Estado de Educação do Distrito Federal “A Educação de Jovens e Adultos – EJA é a modalidade da educação básica destinada aos jovens e adultos que não tiveram acesso ou não concluíram os estudos no ensino fundamental e no ensino médio”.

A idade mínima para ingresso na EJA é de 15 anos para o ensino fundamental e 18 anos para o ensino médio.

É importante destacar a concepção ampliada de educação de jovens e adultos no sentido de não se limitar apenas à escolarização, mas também reconhecer a educação como direito humano fundamental para a constituição de jovens e adultos autônomos, críticos e ativos frente à realidade em que vivem.

Quando falamos do ato e/ou da arte de educar não podemos criar rótulos nem definir sujeitos padrões, cada sujeito aprendiz que se apresenta à educação, é diferenciado, possui uma vida, uma vivência, uma realidade, uma classe, uma raça, e até mesmo uma idade diferente.

Normalmente quando se fala de educar tem-se a visão de que a educação deve somente ser voltada para crianças, afinal para o senso comum “cachorro velho não aprende truques”. Infelizmente a visão de que quando se é adulto não se consegue mais aprender é ainda disseminada na sociedade atual.

A primeira coisa para se fazer sobre estes preconceitos em relação à educação de jovens e adultos (EJA) é procurar fazer com que a sociedade compreenda que estes estudantes como qualquer outra pessoa, também tem direito à educação. Muitos destes alunos jovens e adultos, pelos mais diferenciados motivos, tiveram que se ausentar ou se evadir na educação proporcionada pela escola, muitos por causa de trabalhos- grande parte dos estudantes do EJA são de classes mais baixas, assim sendo muitos acabaram tendo que “substituir” sua educação pelo trabalho para seu sustento, ou como no caso dos Surdos por causa da ausência de uma língua que possibilite sua comunicação.

O grande diferencial de se ter estudantes na educação de jovens e adultos é que, ao contrário das crianças, estas pessoas tem uma vida mais experiente, já possuem uma identidade formada, etc. E a autonomia que a educação dá ao indivíduo, torna-o mais independente, auto-confiante, auto-suficiente, etc.

É impossível comentar da educação de jovens e adultos sem mencionar Paulo Freire. Paulo Freire foi um dos maiores pensadores brasileiros da educação, em especial a de adultos. Sua luta é fortemente marcada por uma ideologia anti-positivista, com um caráter de inovação da visão tradicional denominada “educação bancária”.

Freire (2011) diz que a educação bancária consiste numa educação mecânica e reprodutivista, onde os estudantes seriam como “caixas” e os professores “donos do conhecimento”, então no ato de ensinar os professores estariam realizando “depósitos” de conhecimentos nas “caixas”. Acontece que para Freire isto é um equívoco na educação, visto que os professores não são detentores da verdade e que os alunos não são meros “macacos de imitação” e reprodução de conhecimento, ambos realizam a educação de maneira conjunta um auxiliando o outro.

Paulo Freire (2011) acredita que a Educação é construída por todos conjuntamente e cada um auxilia com o que conhece. Tanto o professor quanto os alunos têm algo a oferecer no processo de ensino-aprendizagem e de construção do conhecimento e do saber.

Paulo Freire apresentou grandes inovações na área da educação. Na realidade da educação de jovens e adultos, com base em Freire, temos que: para aprimorar o aprendizado de cada aluno é necessária que a educação (conteúdo e conhecimento, saber) seja realizada a partir da realidade vivida por estes alunos. É muito mais fácil aprendermos algo que seja de nossa vivência do que algo que é externo ao que conhecemos. Então com base neste pensamento Paulo Freire (2011) desenvolveu a prática freiriana denominado por freire de “Palavras Geradoras”, esta atividade pressupunha o levantamento do universo vocabular dos alunos através de conversas informais, e assim seleciona as palavras que servirão de base para realizar as lições. Depois de composto o universo das palavras geradoras, elas são apresentadas em cartazes com imagens. Então, nos círculos de cultura inicia-se uma discussão para significá-las na realidade daquela turma.

Paulo Freire (2011) acreditava que era necessário que a educação passasse por etapas: a **investigação** da realidade do aluno, principalmente, das palavras e temas que eram mais significativos a ele; depois a partir desta investigação era feito uma **tematização** que era um momento de tomada de consciência do mundo, através da análise dos significados sociais dos temas e palavras apresentados pela turma; e por último era feita a **problematização** onde o professor media ao desafiar e inspirar o aluno a crítica de sua realidade, para uma postura conscientizada. Freire acreditava na importância da educação para a transformação e mudança da sociedade.

Pensando na perspectiva freiriana para a Educação de Jovens e adultos Surdos às ações pedagógicas desenvolvidas seriam pensadas respeitando as características e interesses próprios do grupo Surdo, valorizando e fortalecendo a sua identidade surda. Entendendo que são sujeitos que possuem um vasto conhecimento de mundo e experiências ricas que devem ser valorizadas e aproveitadas como motivação para novas aprendizagens, respeitando a diversidade cultural, religiosa, social, linguística.

Saber como se configura a Educação de Jovens e Adultos em sua teoria serve de apoio para a discussão com a prática vivenciada no estágio na EJA de Surdos. Deste modo pode-se constatar até em que ponto estão “caminhando juntas” ou não.

3.2 Aquisição de língua

Traber (2004) afirma que comunicação é parte da natureza humana. É por meio dela, entre outros, que as pessoas do mundo interagem. É nos comunicando que nos mostramos participante da sociedade.

De acordo com Traber (2004) Platão definiu o ser humano como ‘o animal que fala’. Há um pequeno ponto de divergência entre Platão e seu aluno Aristóteles, para quem o ser humano é ‘o animal que pensa’. O discurso e a razão se condicionam mutuamente e são dependentes um do outro. Exceto que psicologicamente e nos estágios do desenvolvimento humano, a linguagem vem antes.

Sobre pensamento e linguagem Fernandes (1989) afirma:

Se por um lado, é possível afirmar que linguagem e pensamento tem origens separadas, por outro lado é possível admitir com Vigotski que uma vez que estas forças se combinam começam a exercer entre si uma ação mútua. Assim, à medida que a criança se desenvolve, a linguagem serve como impulso para o pensamento. (FERNANDES, 1989. p.63)

Para diferenciar língua e linguagem Quadros (2006) cita definição de Lyons (1987) para linguagem. Para ela linguagem é compreendida “como qualquer forma utilizada com algum tipo de intenção comunicativa incluindo a própria língua”. Para Quadros (2006) língua é como um “sistema padronizado de sinais/sons arbitrários, caracterizados pela estrutura dependente, criatividade, deslocamento, dualidade e transmissão cultura”.

Queiroz (2013) dita pesquisas que confirmam que a aquisição de língua de sinais por Surdos é similar em muitos aspectos à aquisição de línguas orais por ouvintes, inclusive o período de ocorrência dos estágios linguísticos coincidem.

Para Quadros (1997) a capacidade para a aquisição da linguagem é independente da modalidade da língua.

Em relação à aquisição de língua dos Surdos, Martins & Kelman (2012) dizem que:

De acordo com as condições sociais, de assistência à saúde e *inputs* linguísticos recebidos, as pessoas surdas desenvolvem variadas formas de comunicação, caracterizadas pela língua oral, da língua de sinais, das duas línguas ou ainda, pela não aquisição de língua alguma. Estas (im)possibilidades acabam por dividir estes sujeitos em universos completamente diferentes, caracterizados pelo uso da língua de sinais ou pelo uso da língua da comunidade majoritária. (Martins & Kelman,2012,p.117)

De acordo com Souza (1998):

Não apenas a LIBRAS, mas também o português acabava tendo o mesmo estatuto comunicacional da “linguagem” artística (teatro, desenho, expressão corporal, etc.). O termo linguagem foi hiperinflacionado para dar conta de todos os recursos comunicacionais possíveis, aqueles já existentes e/ou que eram criados pela inventiva particular do professor. (SOUZA,1998)

Assim, é permitida ao aluno surdo a utilização de todos os recursos possíveis e imagináveis, tais como: mímica, gestos, língua de sinais, fala, leitura

Labial e leitura-escrita. Segundo Ciccone (1996) caberá à criança surda “escolher” os recursos comunicativos apropriados a uma dada situação interlocutiva.

É elemento essencial importante que para a aquisição de uma segunda língua o desenvolvimento da primeira língua. E segundo Cummins (2001) quanto mais cedo o sujeito desenvolve suas habilidades linguísticas melhor e mais profunda será sua compreensão para com a língua.

Vigotski (1997) alega que a dificuldade do desenvolvimento linguístico dos Surdos, seria a razão de sua marginalização da vida coletiva. Para ele, a surdez em si não é um obstáculo para o desenvolvimento biológico, entretanto é uma enorme barreira ao desenvolvimento social.

Após me deparar com a realidade de um aluno Surdo adulto que entrou sem língua na escola, foi quando comecei a me questionar sobre este sujeito particular. Como seria sua interação com a sociedade? Como seria sua comunicação? Como seria seu pensamento? Uma vez que pensamento e linguagem são ligados. E a partir desses questionamentos e da prática com este sujeito na escola optei por pesquisar para ver o que os teóricos tinham a dizer, para me posicionar criticamente, relacionando a experiência com a teoria.

3.3 Alfabetização e Letramento de Surdos

Comentando a respeito desta ênfase na escrita na educação de Surdos, Soares (1999, p. 25) levanta uma questão pertinente:

Com relação à utilização da escrita na educação de surdos, nos séculos XVI e XVIII, cabe indagar se a escrita teria sido empregada não como um conhecimento valorizado e exigido para a inserção social, tal como ocorreu nos séculos posteriores, mas como um recurso que podia ser utilizado em substituição à fala. Haveria, então, nesse caso, uma priorização da linguagem escrita secundarizando-se a linguagem oral, não pelo fato de se julgar necessário ao surdo a obtenção desse tipo de conhecimento, mas sim por se constituir em elemento facilitador para sua participação social. (SOARES,1999)

Este tópico está principalmente baseado em Martins (2011).

Ao longo da história da educação especial, sempre foi grande a expectativa, por parte dos familiares e dos profissionais no processo de letramento da criança surda. Tal fato parece reavivar as discussões a respeito da complexidade dos fatores envolvidos nesse processo. (MARTINS, 2011)

Na atualidade sobressai na educação de Surdos, pesquisas que reconhecem a importância da mediação de um sistema linguístico entre os interlocutores no processo de constituição das modalidades de linguagens. E Embora haja várias pesquisas sobre esta temática, apenas no fim da década de 1990 que começam a surgir novos desdobramentos sobre o letramento de crianças surdas no sistema educacional inclusivo brasileiro.

O estudo de Góes e Tartuci (2003), assim como muitos outros, relata que as práticas de letramento para alunos Surdos baseiam-se nas práticas educacionais mecânicas e tradicionais, valorizando a repetição e a cópia:

“Copiar” da lousa, “copiar” do colega, “copiar” do livro, “copiar” de seu próprio caderno – o aluno surdo aprende e acaba por fortalecer esse tipo de estratégia: copiar para se manter “vivo” no ambiente. (GOÉS & TARTUCI, 2003, p.114)

Queiroz (2013) quanto a isso declara: “E não tenho dúvidas de que práticas educacionais mecânicas e tradicionais a que os surdos são submetidos nos primeiros anos de escolaridade comprometem toda sua vida escolar”.

Na realidade brasileira Quadros (1997) reconhece que apesar de não haver pesquisas contundentes sobre o desempenho escolar dos surdos no Brasil, sabe-se que há muitas defasagens.

Acerca do fracasso escolar dos Surdos, Queiroz (2013) pronuncia que pesquisas revelam o baixo nível de desempenho em atividades de leitura e escrita na segunda língua (português).

Como a língua portuguesa não é a primeira língua dos Surdos sua aprendizagem se torna mais complicada. Ainda mais pelas duas línguas serem diferentes, configuradas em modos diferentes e possuindo estruturas gramaticais diferentes. A Libras é a primeira língua (L1) dos Surdos e é uma língua viso-espacial e o português é uma língua oral-auditiva. O que também é confirmado por Queiroz (2013) que diz que:

No processo de aprendizagem, o *input* visual é preponderante devido à diferença estrutural entre a primeira língua (viso espacial) e a segunda língua (escrita), e deve ser garantido na alfabetização, já aliado à construção de significados. (QUEIROZ,2013)

Mesmo que os Surdos tenham a Libras como L1 de acordo com Queiroz (2013) por ser indispensável para as interações face a face, há que se garantir o ensino da segunda língua com muita qualidade, por é por meio dela que os surdos são alfabetizados.

França e Nóbrega (2011) dizem que a língua oral, apesar de extremamente necessária para a vida do surdo, nunca será perfeitamente dominada por ele e esta será sempre uma língua estranha, não servindo a todas as necessidades do indivíduo e não podendo, por tanto, ser a língua materna da criança surda.

Rocha-Coutinho expõe, a este respeito, que:

Um deficiente auditivo não pode adquirir uma língua falada como língua nativa porque ele não acesso a um sistema de monitoria que forneça um feedback constante para sua fala. A língua falada sempre será um fenômeno estranho para o surdo, nunca algo natural. Os deficientes auditivos, provavelmente experimentam um grau considerável de ansiedade ao usar a língua oral porque eles não têm nenhuma forma de controlar a propriedade técnica e social de sua fala, exceto através de movimentos lábias e da relação de pessoas a sua fala. O deficiente auditivo apesar de contar com expressões faciais e movimentos corporais, não possui uma das fontes de informação mais rica da língua oral: monitorar sua própria fala e elaborar sutilezas através da entonação , volume de voz, etc. (ROCHA-COUTINHO,1986. p.79-80)".

Oliveira (2012) ao ser questionada sobre a melhor maneira de se alfabetizar Surdos comenta:

A resposta para esta pergunta está na exploração de recursos visuais-espaciais, já que os alunos com deficiências auditivas possuem uma memória visual bastante aguçada. "O estudo de idiomas é facilitado tanto por atividades que envolvam o aprendizado indutivo ou pela descoberta das regras subjacentes ao uso e à organização da linguagem, quanto por aquelas que envolvam análise e reflexão sobre a linguagem". (OILIVEIRA,2012)

É através do aprendizado da leitura e escrita da língua do seu país que o Surdo vai se reconhecer como participante da sociedade nacional. É um direito irrevogável a todos a alfabetização, aprendizagem da língua. Caso não desenvolva essa alfabetização e letramento, o Surdo acaba por ficar isolado da sociedade, das informações, o que implicará na exclusão social.

Ao levantar o suporte teórico sobre alfabetização e letramento de Surdos pude perceber as críticas sobre a realidade educacional atual e verificar se essas críticas realmente se aplicam a minha experiência de estágio no sistema educacional inclusivo, a alfabetização e letramento de Surdos .

3.4 A Educação de Surdos no Distrito Federal

De modo geral a Educação de Surdos no Distrito Federal é ofertada na modalidade de Educação Especial na Rede Pública de Ensino do DF. De acordo com a legislação em vigor, a Secretaria de Educação do DF tem reafirmado o compromisso com a ampliação de atendimento educacional especializado, assegurando a igualdade de condições para acesso e permanência na escola.

De acordo com Castro (2011) todas as instituições da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal são inclusivas, a Educação Especial, é ofertada nas instituições educacionais da Educação Básica em articulação com os Centros de Ensino Especial.

Acerca da Educação de Jovens e Adultos no DF para estudantes especiais, Castro (2011) afirma que:

Para estudantes da Educação de Jovens e Adultos não há modulação diferenciada para atendimento, exceto, para aqueles que apresentam Deficiência Auditiva, ficando obrigatória à inserção desses estudantes no Sistema de Gestão Escolar – Módulo Escola, pelo secretário escolar, tendo em vista a execução de políticas públicas e a captação de dados estatísticos. (CASTRO, 2011)

Segundo dados do Censo Demográfico realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE,2000) 14% da população brasiliense possui algum tipo de deficiência, desses, 3,5% tem deficiência auditiva. Estima-se então que no Distrito Federal haja, aproximadamente 85.956 Surdos.

Castro (2011) critica a educação inclusiva oferecida pela SEDF. De acordo com o pesquisador Castro (2011) nota-se que em certos momentos a organização e estruturação da educação especial mostra que a equipe da Secretaria de Educação do DF desconhece a cultura surda e os Estudos Surdos. Para ele:

O profissional professor intérprete não é ideal para o trabalho na educação de Surdos, visto que professor e intérprete são profissões totalmente diferentes. O intérprete não é professor e, também, não é licenciado para o ensino. (CASTRO, 2011)

Castro (2011) aponta a necessidade de viabilizar classes ou escolas de educação bilíngue (abertas a alunos surdos e ouvintes) onde as línguas de instrução sejam a Língua Portuguesa e a Libras. Seria necessário o trabalho conjunto do professor de Português com o professor da sala de aula, para que assim o aprendizado do Português escrito por esses alunos seja contextualizado. Desta forma esse aprendizado deve acontecer em um ambiente específico, constituindo uma atividade educacional especializada.

OBJETIVOS

Objetivo Geral:

- Investigar se a teoria compreendida no meu percurso no curso de pedagogia é a realidade educacional da educação para estudantes Surdos na EJA;

Objetivos Específicos:

- Verificar como a língua é trabalhada no contexto atual do aluno Surdo;
- Entender como se configura a comunicação do Surdo Jovem/Adulto analfabeto tato para português quanto para a Língua Brasileira de Sinais (Libras);
- E pesquisar estudos atuais sobre o tema.

METODOLOGIA

Esse exercício de pesquisa emprega a observação de fatos de fenômenos encontrados no contexto da realidade escolar, fazendo o levantamento de dados a partir do que foi visto e assimilado, analisando esses dados fundamentado em bases teóricas consistentes, procurando encontrar respostas e/ou perguntas para as questões levantadas. Realizando a discussão de dados relacionando desta forma teoria e prática no contexto do letramento e alfabetização de Surdos na educação de Jovens e Adultos.

Desta maneira a partir da fundamentação teórica levantada nos capítulos anteriores poderei realizar uma conversa entre os episódios vivenciados por mim no estágio.

O estágio que visa o contato do estudante de pedagogia com a parte prática e experimental da sua profissão, foi por mim realizado numa escola inclusiva da rede pública da Asa Sul nos meses de outubro, novembro e dezembro de 2012, cumprindo assim uma carga horária total de 90 horas.

Meu período de estágio foi dividido em duas fases. A primeira fase em que passei 2 semanas com a turma da professora A na parte da manhã; e a segunda fase em que permaneci no período vespertino, acompanhada pela pedagoga B.

Os alunos da professora A eram: Ag, Da, Ge, Ma e Re.

Os alunos da professora B eram: Pe, Ra, Ma e Fe.

Os episódios foram escolhidos com base em questionamentos por mim levantados em seu acontecimento. Questionamentos esses que até então eu nunca havia pensado a respeito.

A metodologia de análise da discussão de dados é feita através do relato das situações nos episódios, que me chamaram atenção, comentados à luz da fundamentação teórica.

E com bases na discussão de dados poderei fazer interlocução de aspectos impostos para se responder o questionamento que tange esse exercício de pesquisa e assim realizar as considerações finais.

O diálogo dos episódios 1 e 5 foram realizados em português, os demais todos foram em Libras. Na transcrição, quando as letras estiverem separadas por traços indica datilologia. E a utilização de gesto caseiro ou mímica será entendida como (sinal desconhecido).

DISCUSSÃO DE DADOS

Episódio 1

O que relato agora como primeiro episódio, é o motivo da minha escolha pela alfabetização e o letramento do sujeito Surdo na Educação de Jovens e Adultos.

A professora A havia comentado comigo no primeiro dia de estágio que muitos alunos chegavam sem língua, que era complicado receber uma pessoa jovem/adulta que não consegue estabelecer uma boa comunicação, além de ter dificuldade de acesso as informações sociais e não terem um bom desenvolvimento do cognitivo pela falta de língua. Desta forma existe todo um processo e trabalho a ser realizado pela pedagoga para ajudar o sujeito na aquisição da língua tanto a Libras quanto o Português (escrito).

Professora A: Laís sabe qual a grande dificuldade que enfrento aqui? É que vários alunos chegam sem saber Libras, nem português. Aí como vou ensinar algo se o aluno nem entende o que eu digo? Tenho que ter todo um trabalho como ensinar a falar em Libras e escrever em português, é muito difícil. Peço ajuda aos outros alunos que já dominam melhor a libras porque eles possuem mais facilidade de se comunicar mesmo que o outro aluno não saiba libras. Não tive preparação para estes casos. Porque por serem adultos eu já imaginava que eles saberiam ao menos a Libras. Mas é muito difícil, na minha opinião, seria melhor que este trabalho de ensinar libras seja feito por um Surdo.

Realmente, não existe uma preparação para alfabetizadores de Surdos. As políticas públicas asseguram aos professores a formação continuada. São cursos de como alfabetizar, cursos de Libras, cursos de como ensinar português para Surdos, mas inexistente um curso acerca da alfabetização de Surdos, que dirá curso que prepare para ensinar línguas para Surdos sem língua.

Vamos pensar nesse sujeito Surdo adulto que chega sem língua à escola. Este Surdo por não ter uma língua e não conseguir se comunicar socialmente vive em um mundo restrito, sua interação acontece com um número pequeno de

pessoas através de gestos caseiros criados para satisfazer às necessidades básicas de comunicação deste sujeito.

A comunicação é natural do ser humano, sua necessidade para nós é incontestável. Este processo de comunicação do surdo sem língua é um momento bastante singular de aquisição de língua. E para esses sujeitos Surdos sem língua, segundo Kelman & Martins (2011) os gestos por eles criados são insuficientes para inserir a pessoa surda no universo de informações e significados partilhados pela sociedade da qual faz parte.

É interessante salientar que dentro da sala de aula qualquer comunicação deste “sujeito sem língua” é válida. Para ele se expressar qualquer recurso linguístico é válido, seja através de desenhos, português, Libras, datilologia, gesto, mímica, etc. De acordo com Kelman & Martins (2011) este surdo sem língua vai se apropriar de dos elementos das línguas (português e libras) para realizar, de forma bastante particular, sua conexão com o outro por meio da fala.

Episódio 2

A aluna Da, da professora A, é uma das que chegou a escola sem língua alguma. Aos 45 anos a aluna se encontra em processo de aquisição de línguas (português e libras). E demonstra dificuldades cognitivas de pensamento o que segundo a professora graças a sua aquisição de língua tardia. Ela também tem dificuldades em compreender as línguas às vezes interpretando ou não entendendo o que está sendo dito.

A estagiária estava explicando um exercício: Primeiro vocês vão procurar no mapa o lugar onde vocês moram. Por exemplo: eu moro no cruzeiro, achei o lugar? Circula, sublinha, tanto faz.

Aluna Da marca o lugar onde mora errado e chama à estagiária.

Da: *Está certo?*

Estagiária: *Você mora onde?*

Da: *Ceilândia.*

Estagiária: *Porque você circulou, Cruzeiro?*

Da: *Errado?*

Estagiária: *Você mora no Cruzeiro?*

Da: *Não, eu moro na Ceilândia.*

Estagiária: *Procura aí no mapa a Ceilândia.*

Aluna fica aproximadamente 10 minutos procurando, chama a estagiária.

Da: *Não tem. Não acho.*

Estagiária: *Calma. Olha de novo.*

Da olha bem para o mapa coloca o dedo em cima de todos os lugares.

Da: *Não tem. Vocês esqueceram-se de colocar. Eu burra.*

Da parecia estar com raiva de si mesma.

Estagiária: *Olha pra mim. Você sabe escrever Ceilândia?*

Da: *Sim! C-E-I-L-A-N-D-I-A.*

Estagiária: *Certíssimo. Agora procura no mapa lugares que começam com a letra "C".*

Da aponta para Guará.

Estagiária: *Letra "C".*

Da aponta para Planaltina.

Estagiária: *Letra "C". Qual é a letra "C"?*

Da pensa um pouco.

Da: *"C".*

Estagiária: *Isso, mas e em Português?*

Da fica pensando.

Da: *Esqueci.*

Estagiária faz a letra "C" na folha.

Da: *Ahh lembrei, lembrei. Letra "C", sim certo.*

Estagiária: *Ok. Agora procura no mapa lugares que começam com a letra "C".*

Da aponta o Cruzeiro.

Estagiária: *Certo, qual outro?*

Da procura e não encontra.

Da: *Não tem.*

Estagiária: *Perto de Taguatinga.*

Da procura forçando a vista.

Da: *Achei aqui. Não estava vendo.*

E circula

Estagiária: *Isso certo. Viu como você é esperta?*

Esse episódio me trouxe várias questões. A primeira é a dificuldade da aluna de estabelecer relação entre o sinal “C” e a letra “C” no português. Segundo a estudante mesmo com dificuldade em reconhecer a palavra escrita à aluna digitou corretamente Ceilândia, mostrando familiaridade com palavras do seu cotidiano. Terceiro é o conhecimento geográfico que a Da possui, pois assim que falei perto de Taguatinga logo ela localizou Taguatinga e seguiu o dedo para Ceilândia.

A dificuldade da aluna em estabelecer uma conexão entre português e libras se deve a vários fatores. Dentre eles destaco: a sua aprendizagem tardia das línguas e a diferença entre as estruturas e modalidades delas. Interessante que Rocha-Coutinho (1986), a respeito dessa dificuldade do Surdo com a língua oral escrita, diz: “A língua falada sempre será um fenômeno estranho para o surdo, nunca algo natural”.

Paulo Freire (2011) comenta da importância que tem a realidade do aluno para sua aprendizagem. Porque colocando seu cotidiano na sua educação o educando se identifica mais com o conteúdo e tem mais facilidade para aprender. A gente percebe pela facilidade da aluna nos sinais que são mais relacionados com sua realidade, como Ceilândia no caso acima exemplificado.

O Surdo possui sua visão em foco, já que não possui memória auditiva, sua memória visual é muito concentrada. Desta forma para estudantes Surdos materiais visuais na educação são fundamentais. O que é confirmado por Oliveira (2012). Percebe-se que a facilidade da aluna com os mapas parte da memória visual.

Episódio 3

Todos os alunos escrevem papel higiênico errado.

A professora A passa duas folhas, uma com o nome e a figura de objetos de higiene pessoal e outra só com as figuras e um espaço em branco para os alunos escrevem os nomes.

Na hora de corrigir me chamou que todos os alunos tinham escrito papel higiênico. Fui corrigindo pedindo pra todos reescreverem, mas quando fui corrigir

de novo novamente todos haviam escrito errado, mesmo após eu ter feito a datilologia na frente da turma.

Quando fui ver a lista com a figura e os nomes, havia um erro de digitação e estava escrito papel “higiêncio”. Aqui entra a questão das cópias. Um aluno Surdo que aprende a escrita a partir da memória visual. É o que Góes e Tartuci (2003) explicam que mantém o Surdo “vivo” no ambiente em que vive.

De acordo com Queiroz (2013) estas cópias na educação de Surdos compromete todo o desenvolvimento de sua vida escolar.

Seria a cópia o único meio do Surdo aprender a escrita de uma língua oral?

Mas há que se considerar a língua oral segundo França e Nóbrega (2011) sempre será estranha ao Surdo por não ser sua primeira língua que é a língua de sinais. Logo é normal que haja essa dificuldade.

Portanto considerando a importância do conhecimento da língua portuguesa escrita que é majoritariamente utilizada no Brasil para que o Surdo consiga se inserir na sociedade brasileira. Que outra atividade, não mecânica ou tradicional, poderia ser utilizada para que os alunos Surdos aprendam a escrita da língua portuguesa?

Episódio 4

Aluno Fe com dificuldades de se expressar em Libras. É o mais novo do s estudantes. Ele já havia estudado antes, mas teve que abandonar a escola e acabou esquecendo-se de muitas coisas. Sua Libras é bem limitada por não ter contato com Surdos fora da escola, utiliza-se de gestos caseiros misturados com mímica e Libras para se expressar dentro de sala de aula.

Fe tinha recebido 3 figuras e tinha que criar uma história com base nessas figuras. A primeira figura mostrava um menino olhando uma árvore carregada de frutos com cara de fome. A segunda mostrava o menino em cima da árvore comendo. A terceira o menino no chão chorando, como se tivesse caído da árvore.

Fe: O menino olha árvore e vê fruta gostosa (sinal desconhecido), sobe na árvore, galho quebra menino cai.

O que chamo minha atenção que o aluno faz sinal desconhecido como se fosse o sinal de uma fruta.

Estagiária: *O que é esse sinal?*

Fe: *Ele (sinal desconhecido), de comer.*

Estagiária: *Como é? Qual cor, gosto?*

Fe: *Depende às vezes verde, amarela, vermelha. Doce e azeda.*

Estagiária chama outro aluno Ag.

Estagiária: *(sinal desconhecido) o que é?*

Ag: *Não entendi. Não conheço.*

Fe: *Eu estava em casa junto com amigo e fomos na árvore cheia de (sinal desconhecido), eu subi na árvore pegava e jogava pro amigo embaixo. Pegamos muitos (sinal desconhecido). Docinhos.*

Ag: *Que fruta?*

Fe: *(sinal desconhecido).*

Ag: *Qual cor?*

Fe: *Tem verde, amarela, vermelha...*

Ag: *Ahhh eu acho que ele está falando da manga.*

Lembrei-me que realmente estávamos na época de manga.

Estagiária: *O (sinal desconhecido) é igual manga, M-A-N-G-A.*

Fe: *Manga?*

Estagiária pega o celular e procura na internet a imagem de uma manga e mostra ao aluno.

Fe: *Isso (sinal desconhecido).*

Estagiária: *Sinal em Libras é manga.*

Fe: *Ahhh entendi. (sinal desconhecido), Manga.*

Este caso mostra claramente o uso de gestos caseiros em sala de aula. A construção destes gestos que servem para que o aluno consiga de alguma forma se comunicar com alguém, geralmente seus familiares. Com base em Kelman e Martins (2012) este episódio revela o mundo restrito no qual o Surdo se desenvolveu, onde sua autonomia foi limitada em razão da falta de oportunidades dadas pela família e da baixa expectativa do Estado na oferta de atendimento educacional. As autoras também dizem que estas famílias costumam manter esta comunicação doméstica mesmo quando os alunos aprendem Libras e tentam trazê-las para sua comunicação doméstica.

Mostra também a importância do outro para o desenvolvimento do sujeito. Quando Ag que domina bem a Libras teve maior percepção quanto ao que o outro aluno estava tentando explicar.

Episódio 5

Dia de formatura Pe estava todo feliz por ter conseguido se formar no primeiro segmento.

Pe para estagiária: *Vem conhecer meu irmão.*

Pe chama seu irmão e diz: *Esta estagiária legal que fica na lá na sala.*

Irmão de Pe: *O que ele está falando?*

Estagiária: *Ele está dizendo que sou a estagiária que fica na sala dele e que me acha legal.*

Irmão de Pe: *Hum... comentaram mesmo lá em casa que tinha uma estagiária na sala dele. Ele fala direto de você para mamãe.*

Estagiária: *Legal. Sua mãe, sabe libras?*

Irmão de Pe: *Sabe.*

Pe: *Bem pouquinho, quase nada.*

Aqui se pode articular com a família e sua interação com o sujeito Surdo. Aonde mesmo que o Surdo tenha domínio da língua de sinais, dentro de casa sua comunicação geralmente é restrita a apenas um membro familiar, no caso de Pe sua mãe.

Percebe-se que o irmão de Pe não possui vínculos fortes com Pe, não conseguindo estabelecer um diálogo, não se comunicando com ele. Deu a entender que apenas a mãe de Pe conversava com o ele e não coisas muito complexas já que ela não tem o domínio da língua de sinais. Sobre isso Kelman e Martins (2012) propõe que isso parte de uma própria acomodação da família, que não possui grandes expectativas em relação ao futuro do parente Surdo, mesmo quando estes Surdos demonstram e iniciem tentativas de mudar seu comportamento dentro de casa, através das novas habilidades desenvolvidas na escola.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O sujeito Surdo encontra-se frente a obstáculos a serem enfrentados por toda sua vida. Depara-se com a medicalização da sociedade que, em sua maioria, o considera um “doente”, procurando encontrar a cura da surdez através de aparelhos auditivos, implantes, oralização do Surdos, etc.

Atualmente existe um enorme problema de informação sobre os Surdos, sua cultura, sua comunidade e sua identidade. E é provavelmente por este problema de informação que a sociedade mantém a visão equivocada de sentidos comuns e preconceitos que contribuem para o isolamento social dos Surdos na sociedade.

No decorrer da história da educação no Brasil percebemos as dificuldades enfrentadas pelas pessoas com necessidades especiais. Muitas barreiras foram quebradas e outras ainda permanecem.

Na educação de Surdos vemos o empecilho e as limitações da comunicação. As dificuldades que os Surdos têm com o Português, língua majoritária da comunidade brasileira pela diferença estrutural e de modalidades entre ela e a língua primária dos Surdos que é a língua de sinais.

Quando falamos de alfabetização e letramento de Surdos adulto no deparamos com inúmeros obstáculos e barreiras a serem quebrados. Cada vez mais autores se interessam sobre este tema. Principalmente no que se trata a aquisição das línguas.

Ao sujeito Surdo sem língua é conveniente salientar o costume que possui de se expressar através do uso de diferentes e diversos recursos e elementos linguísticos como a Libras, gestos caseiros, mímica, datilografia, português escrito, desenhos, etc.

Realmente é um grande desafio que se apresenta ao professor. Ensinar duas línguas (Libras e Português), especialmente quando o educando encontra-se sem língua alguma. E que apesar de ter políticas públicas que garantem sua formação continuada, não possuem uma assistência de fato que os auxiliem a lidar com a realidade por eles enfrentada no seu dia-a-dia dentro de sala de aula.

A educação se apresenta ao Surdo como possibilidade de superação da exclusão social, pois é por meio dela que seu desenvolvimento linguístico,

aquisição de sua língua natural e o letramento na língua majoritária da comunidade. Quanto mais o Surdo conseguir desenvolver sua capacidade linguística maior será seu ganho de habilidades sociais.

Seja por falta de informação, imposição de limitações, dentre outros, independente do que tenha afastado o sujeito especial da escola, lá ele encontra uma nova oportunidade de crescimento individual e social.

O Surdo adulto quando procura a escola e começa a aprender uma língua começa a desenvolver um interessante processo de ampliação das possibilidades de comunicação e da autonomia da vida social.

O educador tem que versar sobre qual é a concepção que tem sobre a surdez. Se ela se configura como uma condição limitante que dificulta e/ou impede o desenvolvimento do sujeito (medicalização) ou se vê como uma condição sociocultural (Vigotski) que reúne um conjunto de condições ótimas para expressão das capacidades humanas de forma criativa e completamente diferente daquilo que costumamos chamar de normal.

Considerando tudo que foi levantado neste exercício de pesquisa percebo que a segunda condição é o que realmente proporciona melhor possibilidades de desenvolvimento para o sujeito educando Surdo. Não devemos criar mais barreiras e impedimentos e sim achar modos e adaptações para superá-los. Não adianta apenas ter políticas públicas que garantam sua educação, há que se promover a qualidade desta educação. E através da ação pedagógica transformar a condição de exclusão social e isolamento dos Surdos, criando novas possibilidades de descobrimentos e realizações que os insiram na sociedade, dando não só valor a eles, mas especialmente criando uma atmosfera de respeito e aceitação.

Encerro meu trabalho com alguns questionamentos que surgiram durante seu processo. Primeiramente sobre a preparação de professores para esta alfabetização e letramento de Surdos adultos, principalmente no que diz respeito ao aluno que chega sem língua. De que forma podemos informar a sociedade sobre os Surdos? Pois vejo muitos autores criticando a visão medicalizada do Surdo, entretanto não vejo estratégias para ultrapassá-la.

REFERÊNCIAS

- BARATA, Ana Luiza K.; PROENÇA, Mayra Cristina G. **Métodos e técnicas de aprendizagem acadêmica utilizados com pessoas portadoras de deficiência auditiva: uma análise teórica**. 2001. Belém. 72p. Monografia (Graduação em Pedagogia). Centro de Ciências Humanas e Educação. Universidade da Amazônia.
- CICCONE, M. **Comunicação total**. 2.ed. Rio de Janeiro: Cultura Médica, 1996.
- **Educação de Jovens e Adultos – EJA**. Disponível em: <http://www.se.df.gov.br/?page_id=228>.
- FIGUEIRA, Emílio. **Caminhando em Silêncio: Uma introdução à trajetória das pessoas com deficiência na História do Brasil**. São Paulo: Giz Editora, 2008.
- FERNANDES, E. **Bilinguismo e Educação**. Rio de Janeiro: Revista Espaço, ano III, nº. 4, INES.
- FRANÇA, Terezinha Pereira; NÓBREGA, Oderlan. **Bilinguismo e educação de surdos no Brasil**. 2011 Disponível em: <<http://anpauero.blogspot.com.br/2011/05/bilinguismo-e-educacao-de-surdos-no.html>>. Acesso em 01 de fevereiro de 2013
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 50. ed. rev. e atual. 1 ed em 1968. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.
- FUHR, Ingrid Lilian. **Deficiência como iatrogênese: a medicina, a família e a escola como cúmplices no processo de adoecimento**. 2007. 92 f. Dissertação (Mestrado em Educação)-Universidade de Brasília, Brasília, 2007.
- GESSER, A. **Libras? Que língua é essa?** São Paulo: Parábola Editorial, 2009. 87 p.
- GOLDFELD, Márcia. **A criança surda: linguagem e cognição numa perspectiva sócio-interacionista**. São Paulo: Plexus, 2001.

- GREMIÓN, Jean. **A proposta bilíngüe de educação do Surdo**. In: Revista Espaço: informativo técnico-científico do INES. nº 10 (julho/dezembro 1998) – Rio de Janeiro: INES, 1998.
- IBGE. **Censo Demográfico 2000 – Resultados do universo**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 2 de fevereiro de 2013
- **INES 150 anos de história**. Disponível em: <<http://www.ines.gov.br/Paginas/historico.asp>>. Acesso em 14 de julho de 2011.
- JÚNIOR, Gláucio Castro. **A educação de surdos no Distrito Federal: perspectivas da política de inclusão**. Brasília: UnB, 2012.
- JÚNIOR, Mário Cléber M. L. (org.). **História do Movimento Político das Pessoas com Deficiência no Brasil**. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos. Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2010.
- KELMAN, Celeste Azulay & Martins, Linair Moura B. ORRÚ, Sílvia Ester(org). **Estudantes com necessidades especiais: singularidades e desafios na prática pedagógica inclusiva**. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2012.
- KLEIN, Madalena. **Novos textos e novos atores na formação profissional para surdos: rupturas ou permanências**. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/%0D/rbedu/v11n33/a05v1133.pdf>
- LANE, H. **A máscara da benevolência, a comunidade surda amordaçada**. Lisboa: Instituto Piaget, 1992.
- **Legislação de Libras**. Disponível em: <<http://www.libras.org.br/leilibras.php>>. Acesso em 02 de julho de 2011.
- **Lei Nº 10.098 de 19 de dezembro de 2000**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L10098.htm>. Acesso em 30 de junho de 2011.
- LIMA, Maria do Socorro C. **Surdez, Bilingüismo e Inclusão: entre o dito, o pretendido e o feito**. São Paulo: 2004. Disponível em:<[http://www.salesianolins.br/areaacademica/materiais/posgraduacao/Educao Especial Inclusiva/Fundamentos e pr%EA1ticas de %20ensino para pessoas com necessidades educativas especiais/tese%20lima.pdf](http://www.salesianolins.br/areaacademica/materiais/posgraduacao/Educao_Especial_Inclusiva/Fundamentos_e_pr%EA1ticas_de_%20ensino_para_pessoas_com_necessidades_educativas_especiais/tese%20lima.pdf)>. Acesso em: 25 de junho de 2011.

- MARCHESI, A. **El desarrollo cognitivo e lingüístico de los niños sordos: perspectivas educativas**. Madri: Alianza, 1987.
- MARTINS, Sandra Eli Sartoreto de Oliveira. **Formação de leitores surdos e a educação inclusiva**. São Paulo: Editora Unesp, 2011.
- MOURA, Eliana Perez Gonçalves de; ZUCCHETTI, Dinora Tereza. **Educação além da escola: acolhida a outros saberes**. Rio Grande do Sul: Cadernos de Pesquisa, v.40, n.140, p. 629-648, maio/ago. 2010
- **Movimento Surdo em Favor da Educação e da Cultura Surda**. Disponível em: < <http://sinalizandodf.wordpress.com/> >. Acesso em 02 de julho de 2011.
- **O Surdo e a História de sua Educação**. Disponível em: < http://www.ines.gov.br/ines_livros/31/31_PRINCIPAL.HTM>. Acesso em 05 de julho de 2011.
- OLIVEIRA, Sibebe. **O Bê-á-bá do Português Sinalizado**. Disponível em: <http://www.ressoar.org.br/dicas_educacao_sentidos_beaba_portugues_sinalizado.asp>.
- PERLIN, Gladis e STROBEL, Karin. **Fundamentos da Educação de Surdos**. Disponível em: < http://www.libras.ufsc.br/hiperlab/avalibras/moodle/prelogin/adl/fb/logs/Arquivos/textos/fundamentos/Fundamentos%20da%20Educa%E7%E3o%20de%20Surdos_Texto-Base.pdf >. Acesso em 06 de julho de 2011.
- PERLIN, Gladis. **Identidades Surdas. In: A surdez: um olhar sobre a diferença**. Porto Alegre: Mediação, 1998. p. 51-74.
- PFEIFER, Eliane Aparecida. **Formação profissional para surdos: resgatando uma história**. *Psicol. Esc. Educ. (Impr.)*, 1999, vol.3, no.1, p.87-96. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pee/v3n1/v3n1a11.pdf>
- PINTO, Fernanda Bouth. **Vendo vozes: a história da educação dos surdos no Brasil oitocentista**. Disponível em: < http://www.cultura-sorda.eu/resources/Bouth_vendo_vozes.pdf>. Acesso em 05 de julho de 2011.
- ROCHA-COUTINHO, M.L. **Algumas considerações a respeito do uso da língua de sinais pelos deficientes auditivos**. Trabalhos em linguística aplicada, nº.8. Campinas, 1986.
- ROSI. **Mercado de trabalho para surdos**. Disponível em [:http://www.audithus.com.br/page_100582.html](http://www.audithus.com.br/page_100582.html)

- SOARES, Maria Aparecida Leite. **A educação do surdo no Brasil**. Campinas: Autores Associados: EDUSF, 1999.
- SOUZA, Júlio César P. P. **Origem da exclusão social do surdo**. Disponível em: <<http://www.educacaopublica.rj.gov.br/suavoz/0073.html>>.
- SOUZA, Paulo Renato. **Lei Nº 10.436 de 24 de abril de 2002**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei10436.pdf>>. Acesso em: 25 de junho de 2011.
- SOUZA, R.M. **Que palavra que te falta? Lingüística, educação e surdez**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- STROBEL, Karin L. **A visão histórica da in(ex)clusão dos surdos nas escolas**. Educação temática digital. v. 7, n. 2, 2006. p. 244-252.
- _____. **História dos Surdos: representações “mascaradas” das identidades surdas**. In: Estudos Surdos II. Petrópolis, RJ: Arara Azul, 2007.
- _____. **As imagens do outro sobre a Cultura Surda**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2008.
- TRABER, Michael. **A comunicação é parte da natureza humana: uma reflexão filosófica a respeito do direito a se comunicar**. São Paulo: Universidade Metodista de São Paulo, 2004.
- VIGOTSKI, S. L. **Obras escogidas: Fundamentos da Defectologia**. Madrid: Visor, 1997.

